



Martins Junior, A., & Barbosa, A. (2017). Apresentação. Dossiê Estado social: entre as políticas de austeridade e os dispositivos de responsabilização individual. *Revista Novos Rumos Sociologicos*, 3-7. <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/13115/8161>

Publisher's PDF, also known as Version of record

License (if available):
CC BY-NC-ND

[Link to publication record in Explore Bristol Research](#)
PDF-document

This is the final published version of the article (version of record). It first appeared online via Revista Novos Rumos Sociológicos at <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/13115/8161> . Please refer to any applicable terms of use of the publisher.

University of Bristol - Explore Bristol Research

General rights

This document is made available in accordance with publisher policies. Please cite only the published version using the reference above. Full terms of use are available: <http://www.bristol.ac.uk/red/research-policy/pure/user-guides/ebr-terms/>

Apresentação

Attila Magno e Silva Barbosa¹

Angelo Martins Junior²

A globalização na forma como atualmente se apresenta, ou seja, como expressão de receituários políticos e econômicos de inspiração neoliberal, tende a fragilizar a soberania dos Estados nacionais diante dos interesses das cadeias produtivas globais e mais fundamentalmente do capital financeiro. Como consequência, o que se testemunha é a diminuição das funções de um Estado Social e o aumento das funções de um Estado Gerencial, quando não de um Estado Penal. Desse modo, o papel que esses interesses forçam o Estado a assumir corresponde ao de propiciador de molduras jurídico-institucionais que possibilitem o estabelecimento de uma ordem social do mercado baseada em medidas de austeridade fiscal, que normalmente implicam na redução dos gastos públicos em investimentos nas áreas sociais, implicando assim na redefinição das abordagens de programas de inclusão social que, com frequência, são norteados por uma perspectiva de acesso de programas assistenciais via disponibilização de renda condicionada a determinadas obrigações para aqueles que a recebem, o objetivo inaudito, mas evidente, é a produção de uma subjetividade guiada pelo *ethos* do *Homo Oeconomicus*. Além disso, também pressionam por reformas de direitos trabalhistas e previdenciários que flexibilizem ou mesmo desregulem garantias jurídicas relacionadas a condição de assalariamento.

A instalação de uma ordem social neoliberal promove processos de subjetivação nos quais a imagem de um indivíduo que gere a si mesmo e produz sua própria satisfação aparece como expressão de um tipo de autonomia individual pensado a partir de formas de organização promovidas

¹ Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas. Contato: barbosaattila@uol.com.br.

² Goldsmiths College/University of London. Contato: martins.ajunior@gmail.com.

pelo livre mercado que procuram disseminar a narrativa de um indivíduo avesso às formas de planejamento centralizado estatal e capaz de responsabilizar-se individualmente por suas escolhas de consumo, sua inserção profissional e consequências decorrentes do exercício da atividade laboral.

Com estas questões em mente, o presente dossiê, ora apresentado pela Revista Norus, revista do Programa de Pós-Graduação em sociologia da UFPel, apresenta à comunidade acadêmica das ciências sociais e áreas afins, um conjunto de seis artigos, que abordam questões relacionadas às políticas de austeridade e aos dispositivos de responsabilização individual vivenciados por alguns países ocidentais, dentre os quais, Argentina, Portugal, Brasil, Itália e Reino Unido.

O primeiro artigo, de Andrea Dettano, intitulado “*Prácticas de consumo y emociones de las destinatarias de Programas de Transferencias Condicionadas de Ingreso en la Ciudad de Buenos Aires*” analisa a relação entre políticas sociais de transferência de renda e acesso ao consumo como um novo modelo de gestão da pobreza e do conflito social. A partir de um estudo empírico qualitativo, desenvolvido com técnicos e beneficiários (mulheres grávidas, crianças, jovens e adultos de baixa renda) do programa de inclusão social ‘Transferências Condicionadas de Ingresso’, na Cidade de Buenos Aires, Argentina, a autora busca rastrear as emoções e afetos associadas as práticas de consumo por parte dos beneficiários do programa. Os relatos empíricos apresentados no artigo demonstram como tais políticas sociais e de transferência de renda e acesso ao consumo são implementados de modo distinto de acordo com o ciclo de vida desses sujeitos, impactando diretamente na maneira como os sujeitos passam a sentir e a perceber o mundo (e a si próprios), bem como na formação de sociabilidades.

No segundo artigo, de autoria de Elísio Estanque, intitulado “*Portugal e o Estado Providência: fragilidades, dependências e ameaças*”, temos uma recuperação histórica de algumas discussões sobre a relação do Estado com a sociedade. Além disso, procura questionar o potencial e os limites das políticas públicas de austeridade, tendo em vista também a ação redistributiva das instituições e procurando analisar o significado dos

sistemas sociais no imaginário dos cidadãos (sobretudo em áreas como a saúde, a educação e a previdência). O autor também considera a recente tendência de intensificação das desigualdades estruturais na Europa, admitindo a título de hipótese que a solidez do sistema e a coesão social nos países da União Europeia possam colapsar ou serem fortemente constrangidos nas suas ações reguladoras. No caso de sociedades como a portuguesa, de forte tradição católica, com culturas paroquiais muito intensas e que passaram por ditaduras-militares duradouras, é preciso ter sempre em vista que as novas classes médias (assalariadas) foram estruturadas muito tardiamente. No caso português, foi sobretudo no período democrático que tal processo teve lugar, daí resultando que os segmentos sociais da classe média (assalariada e mesmo empresarial) regidos pelos princípios meritocráticos sejam praticamente residuais. Nesse sentido, o autor defende que é este o quadro em que se inscrevem as razões da fragilidade do Estado providência e as dificuldades hoje enfrentadas no contexto europeu, mas, sobretudo, português.

No artigo *“Créditos y transferencias: una reflexión en torno a la expansión del consumo en América Latina”*, Florencia Chahbenderian aborda a emergência, no século XXI, de novas formas de gestão da pobreza no Sul Global e a sua relação com a expansão do consumo. A autora analisa as relações existentes entre o avanço recente das políticas de inclusão social e políticas de acesso ao crédito ao consumidor na América Latina, a fim de demonstrar como os acessos ao crédito e ao consumo funcionam como condições de gerenciamento do conflito social. A análise proposta se desenvolve a partir de reflexões sobre as políticas sociais de transferência de renda ocorridas na América Latina nas últimas décadas e sobre a função socioeconômica destas na reprodução do capitalismo contemporâneo. A sua reflexão fundamenta-se na exposição de dados que indicam a ligação da expansão financeira regional com o aumento das políticas sociais e de acesso ao crédito e ao consumo, delineando assim a função estrutural de tais políticas enquanto pacificadoras do conflito social.

No artigo *“Juventude e austeridade: implicações para além do mundo do trabalho”*, Lays Bárbara Vieira Morais apresenta um texto de caráter

teórico/ensaístico sobre os possíveis efeitos da recente política de austeridade sobre a juventude brasileira, levando em conta tanto a redução de gastos em serviços públicos, quando os seus desdobramentos políticos, ideológicos e sociais. A partir de um estudo bibliográfico comparativo e considerando experiências onde políticas de austeridade foram implementadas nos últimos anos, a autora procura refletir, a partir de uma perspectiva do materialismo histórico e dialético, sobre prováveis efeitos futuros das recentes políticas de austeridade no Brasil, em especial sobre a população jovem. Enfatizando o caráter ideológico e classista de tais políticas, defende que a atual crise fiscal possui uma origem estrutural, e não de gestão, devido em grande parte as contradições insuperáveis entre democracia e capitalismo, e que essas contradições afetam a construção e o desenvolvimento da subjetividade.

No penúltimo artigo que compõe o dossiê, intitulado *“Prevenção e subjetivação: metamorfoses da relação entre trabalho e segurança na Itália”*, Vando Borghi, considerando o caso italiano, nos propõe uma análise na qual o tema da relação entre trabalho e segurança deve ser colocado em um campo preciso de tensão, circunscrito dentro dos limites do que foi definido como o paradigma da prevenção. Este campo de tensão, deve ser compreendido como submetido a uma metamorfose que transforma sua articulação interna e seu senso geral. Ao se concentrar no processo de mudança que constitui-se como fator fundamental no discurso público sobre a relação entre trabalho e segurança, ou seja, as "bases de informação" que a sustentam e nutrem, o autor tenta entender o significado e a direção desta metamorfose. Nesse sentido, compreender os sentidos implicados no discurso público é de importância crucial, uma vez que este investe não apenas sobre o mundo do trabalho em sentido estrito, mas também sobre um terreno muito mais geral, que se tornou um fator fundamental na reprodução da lógica do capitalismo contemporâneo, qual seja: o processo de subjetivação.

Para finalizar, Vicki Dabrowski, nos apresenta o artigo intitulado *“Um relato histórico da austeridade no Reino Unido: rastreando as origens, as modalidades e os diferentes efeitos da austeridade na vida das mulheres”*, no

qual, seguindo uma abordagem feminista e histórica, também discute os efeitos das políticas de austeridade, porém, levando em consideração a experiência do Reino Unido e o impacto diferencial destas sobre as mulheres britânicas. Tendo como foco o quadro das políticas de austeridade e procurando questionar e traçar as origens destas, as modalidades e os efeitos globais no contexto social do Reino Unido, a autora desvela as várias formas pelas quais o Estado, em diferentes momentos e com diferentes arranjos políticos, implementou formas específicas de austeridade. Ao buscar a gênese da austeridade em diferentes momentos de crise no Reino Unido e chamando nossa atenção para as características morais, políticas e econômicas desta nos mais diferentes contextos, a autora destaca o papel das mulheres nesses períodos e explora as várias maneiras pelas quais elas têm, de maneira diferenciada, suportado o peso do projeto de austeridade. Desse modo, nos propõem que compreendamos a austeridade como um projeto econômico-político-moral, com um recorte de gênero específico, capaz de assumir diferentes faces, processos e efeitos em diferentes períodos e formações estatais.